

## I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo traz os pressupostos teóricos que darão suporte para o estudo que proponho. Adoto a Análise Crítica do Discurso, doravante ACD, como proposta teórico-metodológica para a análise das estratégias discursivas nos processos de construção da identidade situados nas interações midiáticas materializadas nos dados sob análise, com foco nas relações de poder e nas possíveis transformações sociais que eles implicam. Para tanto, buscarei neste capítulo estabelecer princípios gerais da ACD, introduzindo, em seguida, uma articulação entre os conceitos de discurso, texto, ideologia e hegemonia conforme mobilizo nesse estudo.

Na seqüência, apresento a perspectiva de Fairclough (2001) para a ACD, bem como seu método tridimensional para a análise dos eventos discursivos, momento em que são contemplados os três níveis de análise propostos por esse método, bem como os conceitos de ‘alternância pronominal’, ‘estrutura de participação’, ‘formato de produção’, ‘enquadre’ e ‘alinhamento’, ‘identidade’ e ‘narrativa de resistência’, adotados como instrumentos da análise tridimensional.

Para completar o quadro teórico, apresento o tema ‘mídia e visibilidade contemporânea’, fundamental para a contextualização e, conseqüentemente, para o alcance dos objetivos estabelecidos para este estudo.

### 2.1 - A Análise Crítica do Discurso

A ACD consiste em uma abordagem interdisciplinar do estudo dos fenômenos lingüísticos considerando, para tanto, os aspectos sociais da linguagem em uso.

Desenvolver pesquisas sob essa perspectiva implica interpretar fatos lingüísticos a partir de situações socialmente construídas, procurando examinar de que forma recursos lingüísticos são mobilizados na manutenção e na reprodução de uma ideologia.

Segundo Fairclough (1989), as pesquisas em ACD devem, pois, extrapolar o limite da descrição dos tipos de discursos encontrados no texto através de seus

elementos lingüísticos, para revelar a forma como esses discursos reforçam e são reforçados nas relações sociais de um contexto sócio-histórico específico.

Seguindo essa linha de raciocínio, Fairclough (apud Meurer, 2004) afirma que a ACD investiga traços e pistas de rotinas sociais complexas contidos nos textos, com o objetivo de tornar visíveis as relações entre linguagem e outras práticas sociais que, por se tornarem naturalizadas e opacas, muitas vezes não são percebidas pelos indivíduos.

O fato de conceber o discurso como prática social implica em adotar o princípio de que os indivíduos praticam ações por meio da linguagem, a partir do conceito de ação elaborado na Pragmática (Searle, 1969; Austin, 1962).

Ao incorporar de sociólogos como Giddens (1984) o princípio de que a relação entre discurso e estruturas sociais é dialética, a ACD passa a considerar o fato de que o sentido aceito em um discurso poderá não ser aceito em outro. Da mesma forma, um mesmo sentido poderá ter diferentes efeitos em diferentes contextos.

Segundo Pêcheux (apud Fairclough, 2001), é assim que se materializa a relação entre discurso e estruturas sociais. Tanto o discurso quanto as estruturas sociais determinam o que pode e o que deve ser dito; como os textos devem ser interpretados; o que pode e o que deve ser feito.

Outro aspecto a ser observado quando se considera discurso como prática social é o que diz respeito aos recursos que os indivíduos mobilizam para produzir, distribuir e interpretar os textos posto que “[...] a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de idéias na cabeça das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas”. (Fairclough, 2001, p.93)

Nesse sentido, a ACD enfatiza que esses recursos não são apenas cognitivos, mas sim sócio-cognitivos e perpassados por discursos e ideologias. Isso implica que os discursos determinam a forma como os indivíduos mobilizam seus recursos cognitivos e os textos significam aquilo que os discursos permitem que eles signifiquem. Entretanto, dada a relação dialética entre discurso e sociedade, os indivíduos podem, também, influenciar discursos e construir realidades por meio de textos.

A ACD considera, também, que a linguagem, em suas diferentes manifestações, possui poder constitutivo, sendo, portanto, capaz de reforçar,

desafiar ou, até mesmo, criar formas de crença e conhecimento; relações sociais; bem como, identidades sociais.

Nesse sentido, o termo “crítica” na ACD está diretamente ligado a sua tarefa de esclarecer as relações, muitas vezes opacas, entre discurso e estruturas sociais. É objetivo central da ACD, mostrar como traços e pistas lingüísticas podem revelar as complexidades sociais implícitas em diferentes textos.

Uma das razões para que possa existir opacidade nas relações entre a linguagem e as estruturas sociais é o caráter constitutivo do discurso. Outra razão é a naturalização das realidades construídas discursivamente, de forma que passam a serem percebidas como naturais, imutáveis, parte de sua própria natureza, tornando-se, assim, legítimas e difíceis de serem contestadas.

Diante disso, uma das principais preocupações da ACD é investigar como a linguagem é usada para reproduzir ou desafiar as relações de poder que perpassam os textos no mundo contemporâneo.

Para tanto, a ACD procura investigar como os textos constroem formas de representar o mundo, as relações e as identidades sociais, levando em consideração o fato de estarem todos entrelaçados por relações de poder e hegemonia.

Conforme Fairclough (2001), para Foucault o conceito de poder nas sociedades contemporâneas está diretamente relacionado à questão de controle das populações, estando, portanto, implícito nas práticas sociais cotidianas. Por estar implícito, o poder não funciona pela dominação forçada dos que a ele estão sujeitos. Ao contrário, ele os incorpora e os reinstrumentaliza de forma a ajustá-los a suas necessidades.

Dessa forma, o poder não se impõe através de uma classe específica sobre indivíduos ou grupos de indivíduos; ele se desenvolve através de certas técnicas que refletem a relação também dialética entre conhecimento e poder na sociedade moderna.

Esta concepção de poder destaca o importante papel da linguagem nos processos sociais de forma que, para analisar as instituições sociais em termos de poder, é preciso entender e analisar suas práticas discursivas.

Ao considerar que hegemonia “é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade” (Fairclough, 2001, p.123), a ACD concebe poder hegemônico como aquele que

ocorre quando colocado a serviço da manutenção de liderança e da dominação de uns sobre os outros. O poder hegemônico se concretiza muito mais através de alianças e integrações do que pela simples dominação de classes subalternas.

Nesse contexto, as práticas discursivas, ou seja, a produção, a distribuição, o consumo e a interpretação dos textos, constituem um importante aspecto da luta hegemônica, contribuindo, em diferentes graus, para a manutenção ou transformação das relações sociais.

O conceito de hegemonia, que retomarei adiante, se torna essencial à tarefa a que a ACD se propõe, na medida em que pode funcionar como ponto de partida tanto para as análises sociais como para as análises discursivas, permitindo-nos ver se as relações de poder presentes em determinado discurso, ou se a produção, circulação e interpretação de textos, reiteram ou desafiam discursos hegemônicos em circulação.

A fim de atingir seus objetivos, a ACD procura, portanto, dar conta da relação entre poder e ideologia. Para Fairclough, a razão da estreita ligação entre discurso, poder e ideologia reside no fato de que “as práticas discursivas são investidas ideologicamente à medida que incorporam significados que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder”. (Fairclough, 2001, p.121)

No que diz respeito especificamente ao aspecto ideológico do discurso, o que vai interessar de forma particularmente especial para a ACD não serão as ideologias embutidas nas práticas discursivas de forma tão naturalizada a ponto de serem consideradas senso comum, mas sim a luta ideológica que ocorre nas práticas discursivas, à medida que as reestruturará a partir do contexto de transformação das relações de dominação.

É nesse sentido que é importante para a ACD considerar quem diz o que, para quem, por que, como e em quais circunstâncias de poder e ideologia.

Uma observação pertinente ao estudo que aqui proponho realizar, diz respeito ao fato de que, segundo Fairclough (2001), quando são encontradas diferentes práticas discursivas em determinada instituição ou domínio particular, há grandes possibilidades de que essas diferenças estejam, em parte, relacionadas a questões ideológicas.

Conforme apresentarei de forma mais detalhada nos procedimentos metodológicos, a coabitação de diferentes gêneros midiáticos (entrevista, debate com audiência, vídeo-biografia, vídeo-documentário, performance musical) que

caracteriza os dados deste estudo aponta para uma mescla de funções da mídia (informação, entretenimento, prestação de serviço público) e sinaliza forte efeitos ideológicos que precisam ser considerados.

Além disso, na ACD proposta por Fairclough, discursos constroem estilos, relações sociais e identidades. Por estarem em uma corrente, estabelecem algum tipo de ligação com discursos associados a estruturas sociais mais amplas e, portanto, possuem uma dimensão histórica.

A ACD tem, portanto, o objetivo de alertar para importância dos processos discursivos para a manutenção/ transformação das relações de poder na sociedade contemporânea de forma que “as pessoas possam tornar-se mais conscientes de sua própria prática e mais críticas dos discursos investidos ideologicamente a que são submetidas”. (Fairclough, 200, p.112)

Por fim, é preciso destacar, a perspectiva emancipatória da ACD, na medida em que busca conscientizar os indivíduos acerca das mudanças sociais resultantes do poder constitutivo e ideológico do discurso.

### **2.1.1 – Texto e Discurso**

Segundo Koch (1991), apesar de enfocarem o mesmo objeto, as pesquisas desenvolvidas ao longo das últimas décadas tendo o texto como foco de suas preocupações apresentam certo grau de divergência em função da ênfase dada a determinado aspecto da linguagem, gerando diferentes vertentes teóricas como a Lingüística Textual, a Análise do Discurso e, mais recentemente, a ACD.

Fairclough (2001) adota em seus trabalhos uma concepção de texto que deriva em grande parte de Lingüística Funcional de Halliday. Um aspecto importante da proposta de Halliday é que ele incorpora a noção de contexto ao estudo do texto. Para Halliday (1978, 1994), o texto é ao mesmo tempo unidade semântica e forma de interação.

Nesta perspectiva, Fairclough (2001) defende a necessidade de analisar marcas e pistas em diferentes gêneros textuais que possam identificar de que forma os discursos estão ali refletidos.

Adotando, assim, esta definição de texto com base em Halliday (1978), para quem o termo compreende tanto a linguagem escrita como a linguagem falada, a ACD considera o texto como a materialização de um evento

comunicativo. Nessa concepção, “texto é definido como mais do que um processo – um produto do processo de produção” (Fairclough, 1985, p.24).

Considerando-se que a ACD entende que o processo de produção do texto ocorre no interior de eventos sociais e que, portanto, textos fazem parte de práticas sociais, é preciso estar atento para o que possa significar a materialização do discurso nesse contexto.

Se partirmos do princípio de que, como aponta Fairclough (2001), as relações estabelecidas entre o discurso e a estrutura social são dialéticas, é preciso considerar, então, que essas relações “manifestam apenas uma fixidez temporária, parcial e contraditória” (Fairclough, 2001, p.94).

Diante disso, compreendo que o texto, enquanto materialização do discurso, não apresentará uma relação direta com um único discurso, mas trará em sua materialidade toda essa complexidade que caracteriza tal relação, podendo, portanto, um único texto conter diferentes discursos, inclusive em competição.

O que pretendo deixar claro, dada a importância desta visão de texto para este estudo, é que, em função da natureza dialética da relação entre discurso e estruturas sociais, o significado potencial de um texto é, conseqüentemente, heterogêneo.

O que temos em um texto é, na realidade, um complexo de diversos significados que se sobrepõem e que, algumas vezes, se contradizem, o que faz com que os textos, em sua grande maioria, sejam ambivalentes e se prestem a uma gama variável de significados.

A redução dessa ambigüidade de significados presentes nos textos é feita pela opção que o intérprete faz por um sentido determinado ou por um conjunto de sentidos alternativos.

A importância da consciência da relação dialética entre discurso e estruturas sociais e a conseqüente ambivalência de sentidos presente nos textos para uma análise crítica dos mesmos, Fairclough resume nas seguintes palavras:

Uma vez que tenhamos em mente a dependência que o sentido tem da interpretação, podemos usar “sentido” tanto para os potenciais das formas como para os sentidos atribuídos na interpretação. (Fairclough, 2001, p.103)

Coerente com os objetivos e com as opções metodológicas deste estudo, mobilizarei nas análises a compreensão de texto nos termos aqui determinados a

fim de alcançar o sentido potencial do uso das formas lingüísticas (pronomes) na produção textual dos dados.

O termo discurso, por sua vez, permite diferentes acepções diretamente associadas à teoria em que está inserido. Por essa razão, é importante apresentar a definição de discurso que venho adotando.

De acordo com a proposta de Fairclough, considero discurso como “o uso de linguagem como forma de prática social e não como uma atividade puramente individual ou como reflexo de variáveis situacionais”. (Fairclough, 2001, p.190). Essa perspectiva de discurso implica a crença de que ele é uma forma de ação através da qual as pessoas agem no e sobre o mundo e, principalmente, agem sobre os outros.

A relação entre discurso e estruturas sociais é aqui percebida em uma perspectiva dialética. Assim sendo, se por um lado o discurso é moldado e restringido pelas relações sociais, pela posição que o indivíduo ocupa nas instituições sociais, bem como por valores e convenções, em contrapartida, é no do discurso que as dimensões da estrutura social são constituídas.

O discurso está, pois, na base das normas, convenções, identidades e instituições que o regulam na medida em que “é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significados” (Fairclough, 2001, p.91).

A visão dialética do discurso proposta por Fairclough (2001) busca evitar que sejam dadas ênfases indevidas que comprometam a relação entre discurso e estrutura social. Ou seja, o discurso não pode ser considerado como espelho fiel da realidade social, nem como fator gerador de todos os fatos sociais.

A este respeito Fairclough afirma que “a perspectiva dialética considera a prática e o evento contraditórios e em luta, com uma relação complexa e variável com as estruturas, as quais manifestam apenas uma fixidez temporária, parcial e contraditória”. (Fairclough, 2001, p.94).

Para efeito de análise, a visão crítica do discurso proposta por Fairclough (2001) considera o discurso como um fenômeno resultante da inter-relação entre o **texto**, a **interação** que compreende os processos de produção e interpretação dos textos e o **contexto**, relacionado aqui com as condições sociais de produção e interpretação do texto.

Conforme a perspectiva dialética do discurso inicialmente apresentada, estes três níveis que compõem o discurso não obedecem a limites rigidamente demarcados. Ao contrário, esses níveis se interpenetram, transpondo limites e influenciando-se mutuamente.

### **2.1.2 – Discurso, Ideologia e Hegemonia**

Os debates sobre ideologia e discurso têm sido constantes entre aqueles que adotam uma postura crítica nas investigações dos fenômenos lingüísticos. Uma das grandes contribuições nesse contexto parte dos postulados acerca do conceito de ideologia presentes na teoria de Louis Althusser (1980) e, posteriormente desenvolvidos por Pêcheux (1982) em sua abordagem deste conceito para a análise do discurso.

Em sua teoria marxista de ideologia, Althusser (1980) enfatiza a relativa autonomia da ideologia de base econômica, bem como a importante contribuição deste conceito para a reprodução ou transformação das relações de poder, argumentando que, longe de possuir uma natureza absolutamente abstrata, a ideologia se projeta em formas materiais.

Indo ainda mais além, Althusser (1980) afirma que é a ideologia que constitui os indivíduos como sujeitos sociais, fixando-os nessa posição, ao mesmo tempo em que lhes proporciona a sensação ilusória de serem livres em suas ações sociais.

Tais processos ocorrem dentro de instituições e organizações que Althusser concebe como dimensões ideológicas do Estado, chamando-as de aparelhos ideológicos do Estado (AIE).

Por sua vez, Pêcheux (1982) contribuiu para o desenvolvimento desta teoria, partindo da concepção de linguagem como uma forma fundamental de materialização da ideologia e lançando mão do termo ‘discurso’ para enfatizar a natureza ideológica dos usos da linguagem.

Embora reconheça a importância dos trabalhos de Althusser e dos estudos desenvolvidos por Pêcheux, Fairclough (2001) aponta algumas limitações da teoria de Althusser que acabam por reduzir o alcance dos debates sobre discurso e ideologia.



A principal limitação apontada diz respeito à contradição existente entre a visão de dominação como uma imposição unilateral que contribui para a reprodução de uma ideologia dominante, em contraste com o papel exercido pelos AIE como local de lutas constantes, que acabam por resultar em um equilíbrio instável.

Para Fairclough (2001) o predomínio da visão de dominação unilateral nos trabalhos de Althusser (1980) contribui para obscurecer os aspectos relativos à luta e à transformação. A esse respeito Fairclough diz:

O trabalho de Althusser contém uma contradição não-resolvida entre uma visão de dominação que é imposição unilateral e reprodução de uma ideologia dominante, em que a ideologia figura como um cimento social universal, e sua insistência nos aparelhos como local e marco delimitador de uma constante luta de classe cujo resultado está sempre em equilíbrio. Com efeito, é a visão anterior que é predominante, havendo marginalização da luta, da contradição e da transformação. (Fairclough, 2001, p.117)

A partir dessas considerações, ao pensar o conceito de ideologia para sua proposta de uma análise do discurso de natureza crítica, Fairclough (2001) defende o seguinte ponto de vista:

As ideologias são significações / construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas / sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. (Fairclough, 2001, p.117)

Ao conceber ideologia nestes termos, Fairclough (2001) se aproxima de Thompson ([1984], 1990) para quem alguns usos específicos da linguagem e de outras formas simbólicas podem ser considerados como investidos ideologicamente, na medida em que contribuem para estabelecer ou manter relações de dominação. Ao comentar sobre os procedimentos na análise da ideologia, o autor esclarece seu ponto de vista nas seguintes palavras (minha tradução):

A análise ideológica [...] preocupa-se principalmente com o modo como formas simbólicas se interseccionam com as relações de poder. Preocupa-se com os modos como o sentido é mobilizado no modo social e serve para sustentar os indivíduos e grupos que ocupam posição de poder. Deixe-me definir esse foco com mais precisão: o estudo da ideologia é o estudo dos modos dos quais o sentido se serve para estabelecer e manter relações de dominação (Thompson: 1990, p.56).

A este respeito, Fairclough (2001) faz uma ressalva em relação à ênfase dada à capacidade que as ideologias presentes nas práticas discursivas possuem de produzir e reproduzir relações de poder, e alerta que a referência à ‘transformação’ na análise ideológica deve remeter à luta ideológica como dimensão das práticas discursivas, “uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação” (2001, p.117).

Dessa forma, Fairclough (2001) chama a atenção para a importância de uma perspectiva dialética na análise dos elementos das práticas discursivas e defende que a ideologia está presente tanto na estrutura como no evento discursivo, argumentando, assim, que a visão de ideologia como propriedade da estrutura enfatiza o caráter restritivo das convenções sociais em relação aos eventos discursivos. Nessa perspectiva, esses eventos são vistos apenas como reproduções ideológicas, sendo ignorada sua dimensão transformadora.

Ao contrário, se a ideologia é considerada como localizada no próprio evento discursivo, enfatiza-se apenas seu caráter transformador, conduzindo à ilusão de que o discurso é resultado de um processo livre de formação.

Como vemos, em ambos os casos, incorre-se em equívocos que afetam a clareza com que as práticas discursivas devem ser analisadas, acentuando, assim, a necessidade de uma postura equilibrada, de perspectiva dialética.

Adotar a postura faircloughiana que considera que “as práticas discursivas são investidas ideologicamente à medida que incorporam significados que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder” (Fairclough, 2001, p.121), significa acreditar que, inicialmente, qualquer tipo de discurso, por mais neutro ideologicamente que possa parecer, é capaz de surtir efeitos nas relações de poder.

As questões aqui abordadas acerca do conceito de ideologia são relevantes para o meu estudo, por permitirem analisar os aspectos ideológicos das práticas discursivas e seus efeitos nas práticas sociais. Adotar a perspectiva aqui apresentada é estar consciente de que os significados construídos nos dados sob análise podem servir para estabelecer ou manter relações de poder e dominação. Porém, ao mesmo tempo, constituem um espaço aberto à contestação, posto que os sujeitos que interagem com esses significados não ocupam posição passiva e

podem ser capazes de transcendê-los e transformá-los, o que comprova a natureza dialética dos eventos discursivos.

Por sua vez, o conceito de hegemonia tem, muitas vezes, sido mobilizado em uma perspectiva marxista para referir-se às relações entre classes sociais, partidos políticos, instituições e organizações públicas ou privadas.

Segundo Correa, esta concepção de hegemonia abre espaço para dois significados diferentes. O primeiro estabelece uma relação direta entre hegemonia e domínio, representando “o predomínio da coerção sobre a persuasão, da força sobre a direção, da submissão sobre a legitimação e o consenso, da dimensão política sobre a cultural, intelectual e moral”. (Correa, 2003, p.58)

O segundo significado se opõe ao primeiro na medida em que relaciona hegemonia e liderança com consentimento. Nesse sentido, hegemonia passa a ser entendida como “a capacidade de direção intelectual e moral, política e cultural de uma classe ou grupo social sobre as outras classes, grupos sociais ou frações de classe social”. (Correa, 2003, p.58)

Embora Correa (2003) argumente que este segundo significado tem como base a teoria da hegemonia de Gramsci, Ramalho e Rezende (2004) alertam que falar em ‘capacidade de direção’ não parece coerente com os argumentos de Gramsci, para quem hegemonia é “um conceito que sugere processo e luta articulatória com pressões e limites específicos mutáveis”. (Gramsci apud Ramalho e Rezende, 2004, p.4)

Dessa forma, em vez de constituir-se de forma definitiva, a hegemonia envolve um processo contínuo de renovação, recriação, defesa e sustentação.

Para Fairclough (2001), o conceito de hegemonia desenvolvido por Gramsci é amplamente coerente com sua concepção de discurso, pois permite que as mudanças discursivas sejam detalhadamente observadas, já que podemos, a partir do conceito, pensar como as mudanças estão ligadas à evolução das relações de poder.

Buscando em Gramsci as bases para adotar o conceito de hegemonia para a ACD, Fairclough define hegemonia nos seguintes termos:

Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingida senão parcialmente e temporariamente, com um ‘equilíbrio instável’. (Fairclough, 2001, p.122)

Pensada nestes termos, a hegemonia é muito mais construção de alianças e integração do que simples dominação de classes subalternas, constituindo-se, assim, em um palco de lutas constantes com a finalidade de estabelecer, manter ou produzir integrações ou relações de poder e dominação.

Conceber hegemonia como um ‘equilíbrio instável’ das relações de poder e dominação reforça o caráter aberto das práticas sociais, considerando-as como essencialmente contraditórias e em permanente transformação, na medida em que constituem um palco de luta hegemônica.

Diante disso, o conceito de hegemonia torna-se central para os propósitos da ACD, dentre outros motivos, por sinalizar a possibilidade de mudança, posto que “a hegemonia é um contínuo processo de formação e suplantação de um equilíbrio instável” (Gramsci, 1988, p.423), como também por implicar numa abordagem do discurso como um meio de luta pelo consenso.

Dessa forma, o conceito de hegemonia enfatiza o aspecto político das práticas discursivas, possibilitando, através de sua dimensão ideológica, analisar o grau de investimento político de um discurso, além de abrir espaço para uma abordagem da mudança, fenômeno marcante na sociedade contemporânea e um dos focos centrais da ACD.

## **2.2 - O Método Tridimensional de Fairclough para a ACD**

Fairclough (2003) descreve o objetivo de sua abordagem como uma forma de contribuir para a consciência do caráter de exploração presente nas relações sociais, centrando seu foco principal na linguagem.

Para tanto, propõe que os eventos comunicativos sejam analisados em três dimensões que compreendem respectivamente a análise do texto; da prática discursiva (os processos de produção, consumo e distribuição do texto) e das práticas sociais (estruturas sociais e culturais envolvidas nos eventos comunicativos em foco). Essa concepção tridimensional do evento discursivo que

dá origem à proposta metodológica de análise desenvolvida por Fairclough (2001) pode ser sintetizada pela seguinte figura:

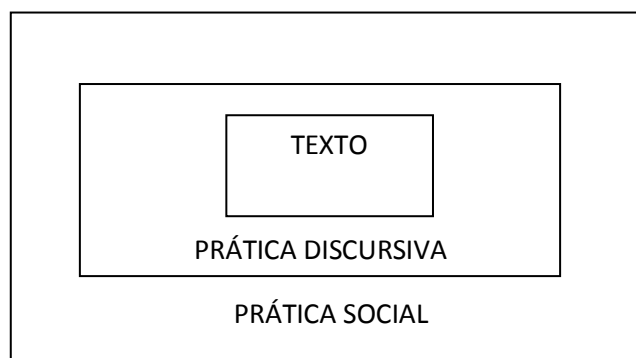


Figura 1: Representação da tridimensionalidade do evento discursivo conforme propõe Fairclough (2001:101)

Considerando que todo texto é o produto das práticas discursivas, cujos elementos variam de acordo com a condição da prática social, a análise de um texto não pode ocorrer isolada da análise da prática discursiva, bem como do contexto social no qual ela ocorre, pois todo evento discursivo se materializa em um texto falado ou escrito que constitui uma prática discursiva relacionada a sua forma de produção, distribuição e consumo e que, simultaneamente, é parte de uma prática social.

### 2.2.1 - 1º nível de análise: análise textual

A análise textual está relacionada diretamente à análise lingüística no que diz respeito ao vocabulário, à gramática, à semântica, ao sistema sonoro e à coerência textual que devem se estender para além do nível da sentença.

A proposta do método tridimensional adota como principal referência nesse nível a Lingüística Sistêmico-funcional, doravante LSF, particularmente a abordagem desenvolvida por Halliday ([1978], 1994).

Segundo Fairclough (2003), o fato de a LSF estar especialmente interessada na relação entre a linguagem e outros elementos e aspectos da vida social, bem como o direcionamento de sua análise lingüística para as

características sociais do texto, fazem com que ela funcione como um importante recurso para as análises da ACD.

No entanto, ultrapassando os objetivos da LSF, a ACD aponta para a necessidade de uma abordagem transdisciplinar da análise textual, no sentido de estabelecer um diálogo com as teorias sociais com foco na linguagem e no discurso para tornar possível considerar e analisar os textos como elementos dos processos sociais.

Nesse sentido, Fairclough argumenta que “uma abordagem transdisciplinar de uma teoria ou método de análise consiste em trabalhar com as categorias e com a lógica de, por exemplo, teorias sociológicas no desenvolvimento de uma teoria do discurso e métodos de análise textual”. (Fairclough, 2001, p.6).

Dessa forma, a proposta de análise textual do método tridimensional não estará preocupada apenas com uma descrição do léxico, das opções gramaticais e da estrutura dos textos de acordo com dicionários e com as gramáticas tradicionais, mas, principalmente, estará voltada para o teor ideológico embutido em cada um desses níveis de composição do texto.

Ao optar pelas escolhas pronominais como categoria de análise textual, estarei tratando primordialmente do nível das opções gramaticais feitas na produção de sentido no texto que compõe os dados. A ocorrência significativa de alternância entre os pronomes ‘eu’, ‘nós’ e ‘a gente’ na fala do MV Bill na interação da qual me ocupo neste estudo, motivou a busca pela compreensão do papel dessas formas lingüísticas como meios de expressão de diferentes relações sociais entre os participantes da interação.

Se, conforme o que propõe a ACD, o que pretendemos em uma análise textual é, principalmente, o significado ideológico dos textos, é preciso considerar a alternância pronominal como uma estratégia de aproximação / distanciamento e de exclusão / inclusão na relação entre sujeitos e grupos sociais como parte de lutas políticas e sociais.

### 2.2.1.1 - Dimensão da análise textual: a alternância dos pronomes ‘eu’, ‘nós’ e ‘a gente’<sup>1</sup> no processo de construção identitária

Segundo Bramley (2001), o paradigma gramatical adotado nos estudos tradicionais aponta impasses que demonstram que os pronomes precisam ser abordados a partir da conseqüente complexidade da diversidade de suas funções.

Como exemplo de um desses impasses, ao refletir criticamente sobre o processo de pluralização dos pronomes pessoais, Mateus (1983) faz algumas observações relevantes sobre a correspondência de ‘nós’ como plural de ‘eu’ e vocês/vós como plural de tu/você. A esse respeito, autora afirma que

(...) não se considera que possuam flexão de número os pronomes "eu/nós" e "tu, você/vocês (vós)", visto que "nós e vocês" se referem a conjunto de seres que se caracterizam por neles se incluírem, respectivamente o LOC [locutor] e ALOC [alocutário], e não têm, portanto, apenas como referente, tal como sucede com o plural, um grupo de unidades da mesma natureza. Os pronomes de 3<sup>o</sup> pessoa, precisamente porque não estão limitados à função dêitica de remeterem para as pessoas do discurso, apresentam morfemas de número e gênero. (Mateus, 1983, p.277)

A observação da autora revela a necessidade de se considerar os aspectos discursivos para a compreensão da função dos pronomes. Assim percebido, o processo de pluralização é ilimitação e não multiplicação. As formas ‘nós’/ ‘a gente’ e ‘vocês’ / ‘vós’ podem corresponder não só àquele que fala e ao seu interlocutor direto, mas incluir também outros tantos indivíduos, remetendo-nos ao que Benveniste (1988) chamou de ‘eu ampliado’.

Em estudos pioneiros sobre a função pragmática dos pronomes, Benveniste (1988) os define como instrumentos de conversão da língua em discurso. Para o autor, a referência que fazemos a nós mesmos e ao outro a quem nos dirigimos é um ato reflexivo que só pode ser interpretado quando situado em um contexto específico de interação. É preciso considerar, porém, que essa função referencial é apenas uma das muitas funções lingüísticas que os pronomes podem desempenhar.

Em estudos sobre a escolha de pronomes na orientação social da construção de identidade de imigrantes, De Fina (2003) afirma que o uso dos

<sup>1</sup> Segundo Lopes (2008), as gramáticas não apresentam uma classificação única em relação às formas ‘a gente’ e ‘você’. Ora consideradas como pronome pessoal, ora como pronome de tratamento e ainda como pronome indefinido. Coerente com a abordagem discursiva da forma ‘a gente’ que exploro neste estudo opto por considerá-la como pronome pessoal.

pronomes pode também revelar significados sutis no que diz respeito à identidade social dos falantes, à posição desses em relação aos seus interlocutores (presentes ou ausentes) e às experiências e temas discutidos.

Diretamente relacionadas com os interesses do estudo que desenvolvo, as abordagens pragmáticas sobre a função dos pronomes (Pennycook 1994, Wilson 1990, Zupnick 1994, entre outros) tem dado especial atenção à forma como a alternância pronominal é usada pelos falantes para expressar e negociar identidades sociais específicas em variados gêneros e contextos interacionais.

Partindo dessa perspectiva, em estudo sobre as conexões existentes entre o conceito de comunidade e formas lingüísticas usadas no discurso de membros do parlamento inglês, Íñigo-Mora (2001) concentra-se no funcionamento do sistema pronominal, especificamente no emprego do pronome 'we' (nós), em suas análises sobre as relações entre o grupo político ao qual cada membro do parlamento pertence e suas escolhas pronominais.

Interessada no processo de representação do 'self' e do 'outro' em entrevistas políticas na mídia, Bramley (2001) defende em sua pesquisa que os pronomes podem ser usados para aproximar ou distanciar os participantes de uma interação. Os políticos, em especial, exploram a flexibilidade da referência pronominal para criar formas de alianças e fronteiras entre seus diferentes 'selves' e os outros. Dessa forma, os pronomes desempenham um papel central na construção da realidade, criada e entendida no discurso.

O interesse que trago para este estudo na alternância no uso dos pronomes 'eu' e 'nós / a gente' e no emprego do pronome 'nós' em sua multiplicidade de possibilidades de significado em relação às questões que envolvem identidade, poder e interações mediadas são reforçados por pesquisas que nos levam a seguinte conclusão: (minha tradução)

A alternância de pronomes (particularmente entre o 'eu' e o 'nós') e as ambigüidades de referentes que são criadas e estimuladas por essa alternância têm se constituído como poderosos instrumentos para a expressão de alinhamento e desalinhamento, não só no discurso político, mas também em debates públicos, ou em interações no ambiente de trabalho entre indivíduos em posição de poder e subordinados. O uso de pronomes com referência ambígua como o 'nós' tem provocado efeito de ambigüidade em relação aos tipos de identidades projetadas pelos falantes, mas também tem sido relacionado com a auto-afirmação positiva dos novos agentes sociais (De Fina, 2003, p 53)



Podemos afirmar, assim, que o locutor constrói sua posição no discurso por meio de determinados índices formais cujos pronomes são o exemplo mais importante. Nesse contexto, o ‘eu’ é a pessoa subjetiva e a sua presença é constitutiva do ‘nós’. É o ‘eu’ que predomina sobre o ‘nós’ – não existe o nós sem o eu. Só existe o ‘nós’ a partir do ‘eu’ que sujeita o ‘não-eu’ devido a sua característica transcendente. O uso do ‘nós’ atenua, assim, a marcação do ‘eu’, produzindo um efeito de amplificação da subjetividade. Ao mesmo tempo, o ‘nós’ permite que o locutor se associe a diferentes sujeito sem necessariamente especificá-los. A esse respeito, Indursky (1997) afirma que as fronteiras móveis e indefinidas do ‘nós’ pode provocar a indeterminação referencial que, conseqüentemente, muitas vezes gera ambigüidades.

Dessa forma, ao dizer *nós*, o sujeito falante, apesar de marcar sua presença, parece sob uma certa indeterminação. Mas, ao usar *eu*, o sujeito se identifica e a indeterminação perde sua força.

Diante disso, podemos afirmar que a referência pronominal é um dos mecanismos pelos quais o falante não só pode se construir no discurso, mas pode também identificar a presença de outros participantes e sinalizar as relações que mantém com eles. A esse respeito, De Fina (2003) afirma que as formas pronominais possuem propriedades semântico-estruturais de forma que, quando manipuladas, podem apresentar significados implícitos.

É com base nesta abordagem discursiva que adoto os pronomes como categoria produtiva nas análises do nível textual, uma vez que o emprego de uma forma pronominal em uma determinada situação fornece pistas importantes não só de como o falante se constrói no discurso, mas também de como estabelece relação com seus pares.

Ao lançar meu olhar analítico no estudo que desenvolvo, adoto, portanto, a perspectiva de que, mais do que mera substituição a nomes, a escolha que o falante faz dos pronomes em seu discurso em uma interação invoca sua consciência de si e sua subjetividade na relação com o(s) outros(s).

O cenário interativo produzido pela mídia nos oferece um rico material de pesquisa. A multiplicidade de ‘outros’ que se apresenta no programa ‘Câmara Ligada’ propicia a conseqüente emersão dos múltiplos traços identitários dos convidados/ entrevistados materializados no uso relevante, tanto em quantidade

quanto em alternância, dos pronomes de primeira pessoa (eu, nós, a gente) em suas falas.

Os estudos anteriores previamente citados, bem como minhas análises, como mostrarei adiante, apontam que o que está em jogo nesse teatro midiático não se limita à divulgação de produto cultural de consumo (livro, filme, músicas, shows) ou à defesa de idéias e projetos (CUFA – Central Única das Favelas, Afroreggae, pauta política). Mais importante que isso parece ser a preservação, a aceitação e a divulgação da imagem pública construída pelos convidados / entrevistados ao longo de suas trajetórias de vida.

Nesse contexto, a análise do uso dos pronomes contribui para a compreensão do processo de negociação dessas identidades, na medida em que invocam distanciamentos e aproximações / alinhamentos e desalinhamentos entre o falante e seus interlocutores (co-presentes ou ausentes), bem como com os atores sociais que trazem para a cena em seu discurso, e com os temas abordados sobre os quais precisam opinar.

### **2.2.2 - 2º nível de análise: análise das práticas discursivas**

A análise das práticas discursivas centra-se mais especificamente nos recursos sócio-cognitivos de quem produz, interpreta e distribui textos. Dessa forma, é esse nível de análise que se preocupa em saber quem escreve/fala para quem e com que propósito, considerando que a natureza desses processos varia em diferentes tipos de discursos e de acordo com contextos sociais específicos.

É preciso considerar, também, que o produtor do texto procura prever sua distribuição, transformação e consumo, e a partir dessa previsão constrói possíveis interlocutores na produção de seu texto.

Dessa forma, para compreender o efeito de sentido do uso alternado dos pronomes no discurso dos participantes do evento comunicativo que tomo como dados para este estudo, é preciso contemplar o ‘como’, o ‘por quem’ e o ‘para quem’ dessa prática discursiva, bem como as situações sociais específicas em que ela se processa.

Da mesma forma, ao proceder a uma análise das práticas discursivas nos termos determinados pela ACD, é preciso estar atenta para dois outros aspectos

que exercem influência direta sobre os processos de produção e interpretação de texto.

O primeiro diz respeito ao fato de que os recursos mobilizados na produção e na interpretação de textos, como as estruturas sociais internalizadas, as normas, as convenções de produção, distribuição e consumo são resultados de práticas e lutas sociais.

O segundo aspecto que exerce influência na produção e na interpretação de textos diz respeito à natureza da prática social da qual esses processos fazem parte e do seu papel na determinação dos recursos que serão mobilizados nesses processos.

Sobre a importância dessas considerações nas pesquisas realizadas pela ACD dentro de sua proposta metodológica, Fairclough afirma:

Um aspecto fundamental do quadro tridimensional para a análise do discurso é [...] fazer conexões explanatórias entre a natureza dos processos discursivos em instâncias particulares e a natureza das práticas sociais de que fazem parte. (Fairclough, 2001, p.109)

As palavras de Fairclough (2001) reforçam a importância do conhecimento da natureza das práticas sociais em que as práticas discursivas se processam, ao mesmo tempo em que chamam atenção para a inter-relação existente entre os três níveis de análises do método tridimensional que, embora aqui apresentados separadamente por questões didáticas, não podem ser considerados isoladamente e não se esgotam em si mesmos.

### **2.2.2.1 - Dimensão de análise das práticas discursivas: a abordagem interacionista - ‘estrutura de participação’, ‘formato de produção’, ‘enquadre’ e ‘alinhamento’**

Articulo, neste capítulo, a proposta da ACD com a Sociolinguística Interacional (Gumperz, 1982; Schiffrin 1994, 1996; Goffman, [1974], 2002) por entender que ambas consideram a linguagem como um fenômeno social e, nessa perspectiva, propõem que, na abordagem dos processos de negociação de significado, o foco esteja na linguagem em uso.

Ao refletir sobre as abordagens discursivas dos fenômenos interacionais, Fairclough (1985) afirma que os estudos desenvolvidos, em sua maioria, levam

em conta o contexto imediato ao examinar as causas e panos de fundo das interações verbais. Por sua vez, a ACD, por possuir um objetivo explanatório mais global, analisa tanto a situação como as instituições sociais, considerando o contexto do discurso do qual se ocupa. Seu objetivo final é, portanto, lançar uma luz sobre como o falante constrói realidades e apresenta posições ideológicas em seu discurso. O contexto social é, assim, analisado porque as formas de linguagem em uso são investidas ideologicamente e as ideologias presentes no discurso são naturalizadas quando a coerência é estabelecida no texto.

Dessa forma, as interações verbais não são construídas apenas com base no conhecimento lingüístico, mas também no contexto social. Conseqüentemente, não podemos considerar o uso da linguagem apenas como um fenômeno social. Devemos analisá-lo também a partir de um objetivo crítico que busque explicar o contexto social do uso da linguagem em que ideologias são estabelecidas, naturalizadas e/ou transformadas.

Em meu estudo, considerando que uma pesquisa de viés crítico deve estar particularmente interessada nas conexões causais entre linguagem e sociedade, busco explorar as possibilidades de incorporar a perspectiva explanatória da ACD à Sociolinguística Interacional considerando que, segundo Ribeiro e Garcez, a Sociolinguística Interacional apresenta uma proposta de abordagem do discurso em que “tanto o falante quanto o ouvinte têm papéis ativos na elaboração da mensagem e na definição de “o que está se passando aqui e agora” (Ribeiro & Garcez, 2002, p.8) Contribuindo de forma decisiva para o entendimento da dinâmica da conversação e de seu papel na criação e manutenção das interações sociais, Goffman ([1974] 2002) desenvolveu algumas concepções analíticas que contribuem fundamentalmente para os objetivos estabelecidos neste estudo.

Ao refletir acerca dos papéis de falante e ouvinte nas interações, Goffman ([1974] 2002) argumenta que a linguagem utilizada por estudiosos para tratar das ações de ouvir e falar nas interações não é satisfatória à finalidade proposta, na medida em que as definições de ‘falante’ e ‘ouvinte’ como categorias globais para denominar os participantes de uma interação impede a decomposição desses papéis interativos em elementos menores, limitando as possibilidades de análise de uma interação.

Partindo dessa reflexão dos papéis dos participantes de uma interação, Goffman ([1974], 2002) desenvolveu os conceitos de ‘estrutura de participação’, ‘status de participação’ e ‘formato de produção’ que trago para minhas análises.

O conceito de ‘estrutura de participação’ diz respeito a todos os possíveis tipos de papéis desempenhados pelos participantes de uma interação: falante (o que detém a palavra em um determinado momento), ouvinte ratificado (a quem o falante dirige sua fala de forma direta) e ouvinte não-ratificado (alguém que esteja escutando o que é dito, embora o falante não esteja se dirigindo diretamente). A respeito dessas relações entre os participantes de uma interação Goffman afirma que:

A(s) relação(ões) entre falante, interlocutor endereçado e interlocutor(es) não-endereçados são complicadas, significativas e pouco exploradas (...) Na prática, dificilmente encontraremos essa combinação, mas sim muitas possíveis variações. Mesmo quando uma mesma dupla mantém-se de posse da palavra por um período longo, a implicação estrutural pode variar. (Goffman, 2002, p.120)

Tomando como ponto de referência o que é falado e não só o indivíduo que fala, a concepção de ‘estrutura de participação’ permite observar o papel ou a função de todos os participantes da interação.

A relação de qualquer um desses participantes, inclusive aquele que fala, com o que está sendo dito é denominada de ‘status de participação’, enquanto que a relação de todos os membros que compõem o agrupamento social de uma interação é denominada de ‘estrutura de participação’ para um determinado momento de fala.

É importante observar que a quebra da dicotomia falante/ouvinte que essa abordagem da interação propõe reside no fato de que aquilo que é dito não mais divide o mundo em duas partes limitadas por interlocutores e não-interlocutores. Ao invés disso, “abre uma vasta gama de possibilidades estruturalmente diferenciada, estabelecendo uma estrutura de participação segundo a qual o falante orientará a sua fala”. (Goffman, 2002, p.125).

No caso específico dos dados que analiso, na estrutura de participação da interação, o *rapper* MV Bill pode assumir diferentes ‘status de participação’ em seu turno de fala que, conseqüentemente, sinalizam feixes identitários variados. Ele pode, por exemplo, falar como um *rapper* (músico do Movimento Hip Hop),

assumindo os preceitos e defendendo as idéias de base desse movimento sociocultural e pode, no momento seguinte, mudar seu ‘status de participação’ ao falar como morador de comunidades de periferia, ou como negro, ou ainda como co-autor de livros etc.

Cada um desses ‘status de participação’ se constitui na inter-relação entre os participantes da interação, sejam eles interlocutores ratificados (co-presentes na interação e para os quais a fala se dirige diretamente); não-ratificados (ausentes fisicamente na interação e/ou para os quais a fala se dirige indiretamente ou de forma mediada) ou mesmo circundantes ou acidentais (aqueles que de alguma forma escutam o que é dito sem estarem inseridos na interação propriamente).

O conceito de ‘formato de produção’ diz respeito aos desdobramentos da posição de falante. Parece natural considerar que o indivíduo que fala não só manifesta verbalmente as palavras, mas também é legítimo autor e único responsável pelo que diz, tomando para si todas essas funções simultaneamente.

O que Goffman ([1974], 2002) aponta, no entanto, é que esses papéis nem sempre são desempenhados por uma única pessoa na interação. Quando declamamos um poema, por exemplo, estamos apenas animando as palavras de um outro e, portanto, não nos responsabilizamos por elas, nem podemos reivindicar sua autoria. Somos apenas o ‘animador’ do que é dito.

O ‘autor’, por sua vez, assume a autoria do que fala, associando, assim, os papéis de ‘autor’ e ‘animador’ das próprias palavras. Segundo Goffman, o ‘autor’ é “alguém que selecionou os sentimentos que estão sendo expressos e as palavras nas quais eles estão codificados”. (Goffman, 2002, p.134)

Em outras situações de interação, no entanto, é possível considerar que há um ‘responsável’ pelo que está sendo dito. O ‘responsável’, nesse sentido, é alguém cujas idéias, sentimentos e crenças estão sendo verbalizadas. Ou seja, o ‘responsável’ é alguém que está comprometido com o que está sendo dito na interação.

Ao abordar o papel de ‘responsável’ no ‘formato de produção’, algumas observações são particularmente relevantes para o estudo que proponho. Ainda segundo Goffman, no caso do papel de ‘responsável’ é preciso notar que

Não se lida tanto com um corpo ou mente, mas, sim, com uma pessoa que ocupa algum lugar ou identidade social específica, alguma qualificação especial como integrante de um grupo, posto, categoria, relação, associação ou qualquer fonte de auto-identificação socialmente referenciada. Muitas vezes, isso significará que o indivíduo fala, explícita ou implicitamente, em nome de um 'nós', não de um 'eu', (...) com o pronome 'nós' incluindo mais do que o 'eu' *self*. (Goffman, 2002, p.134)

Dessa forma, como representante de diferentes grupos sociais, MV Bill fala, na maioria das vezes, como 'responsável' pelas palavras de outros tantos indivíduos (hip hoppers, moradores de comunidades carentes, traficantes, representantes de entidades sócio-educativas, negro etc).

O intercâmbio entre esses diferentes papéis de falante/participante na interação revelam, na dinâmica da estrutura de participação, os diferentes tipos de alinhamentos entre MV Bill e seus interlocutores, ao mesmo tempo em que ele se constrói e constrói a realidade com base nos assuntos discutidos, em um processo contínuo de negociação de sentidos visando à preservação e à aceitação da sua imagem pública, ao mesmo tempo em que reivindica espaços de resistência pela transformação social.

No decorrer de uma interação, mudanças e encaixamentos<sup>2</sup> no 'formato de produção', como em um efeito dominó, reorganizam os 'status de participação' e, conseqüentemente alteram a 'estrutura de participação'.

Na abordagem desse processo de reorganização contínuo da interação, Goffman ([1974] 2002) introduziu o conceito de 'enquadre'. Para tanto, o autor tomou como ponto de partida os estudos de Bateson ([1972] 2002) que utilizou pela primeira vez o conceito de 'enquadre' na área das Ciências Sociais a partir de uma perspectiva psicológica.

Segundo Bateson ([1972] 2002), para que seja possível definir os diferentes enquadres em uma interação, é preciso antes identificar as mensagens e ações que compõe tal processo interativo. Dessa forma, ao identificarmos determinadas mensagens e ações como pertencentes a um enquadre, estamos, conseqüentemente, excluindo outras mensagens e ações desse mesmo enquadre. Por sua vez, essas mensagens e ações excluídas participarão na composição de

---

<sup>2</sup> Segundo Goffman ([1974] 2002) quando, no curso de uma interação, inserimos o relato da voz de outro em nossa fala, estamos processando um encaixamento de falas que modifica toda a dinâmica da interação, conseqüentemente, altera as condições de interação e os alinhamentos entre os interlocutores.

outro(s) enquadre(s) dando origem à dinâmica característica das interações em que, dentro de um enquadre dominante, outros enquadres podem ser articulados.

Ao abordar essa multiplicidade de enquadres possíveis em uma interação, Bateson ([1972] 2002) não estava se referindo apenas à possibilidade de existirem enquadres dentro de enquadres, mas referia-se também aos diferentes processos que contribuem para delimitar a forma como mensagens e ações devem ser percebidas em uma interação, bem como a natureza complexa e dinâmica da comunicação humana em sua tarefa árdua e fascinante de co-construir sentidos.

Seguindo o caminho aberto por Bateson ([1972] 2002), Goffman ([1974] 2002) busca a compreensão do termo enquadre a partir de uma perspectiva sociológica. Para o autor, a noção de enquadre está relacionada à percepção do que está sendo encenado em determinado momento de uma interação, bem como ao sentido que os falantes atribuem àquilo que falam.

Dessa forma, para que se possa entender o que se passa em uma interação, é preciso antes de tudo ser capaz de definir o que está acontecendo naquele momento naquela determinada situação. Tal percepção só é possível a partir do comportamento verbal e não-verbal dos participantes da interação e é nessas interações verbais e não-verbais entre os participantes que os enquadres emergem e são por elas constituídos.

Segundo Pereira (1997), um dos aspectos para o qual Goffman chama atenção, consiste em considerar ‘enquadre’ como ‘princípios de organização’ que regulam eventos, bem como nossos papéis de sujeitos nos eventos. É, portanto, de acordo com esses princípios de organização que a situação interativa é definida.

Para Tannen e Wallat ([1987], 2002) é essa situação interativa definida pelo enquadre que permite aos participantes de uma interação entender o que está acontecendo e, assim, interpretar o que é dito. Ao falar sobre a definição da situação interativa em sua abordagem sobre enquadre, Frias afirma que “ a definição do que está acontecendo em uma interação é negociada dentro da interação, no desenrolar da atividade, e é sinalizada ou não implícita ou explicitamente” (Frias, 2008, p.29).

Dessa maneira, é a natureza dinâmica dessa negociação dos enquadres que permite aos interactantes transformá-los e retomá-los, sinalizando suas intenções, em coerência com seus objetivos, nas interações em que se encontram engajados.



Outra importante contribuição de Goffman ([1974], 2002) para a análise da interação que adoto neste estudo é a noção de ‘footing’. Ao desenvolver esse conceito, Goffman buscou dar conta da postura, do alinhamento dos participantes de uma interação, uns em relação aos outros. É nesse processo que o ‘eu’ de cada indivíduo se projeta, tornando-se visível e identificável no desenrolar da interação.

Ao refletir sobre os diferentes alinhamentos presentes em uma interação, Goffman ([1974] 2002) alerta para o fato de que os alinhamentos não se alternam necessariamente de forma definitiva em uma sucessão linear. As motivações que levam a mudanças de alinhamentos são bastante variadas, o que demonstra a dinâmica rica e complexa das interações.

Outro aspecto referente ao alinhamento que precisa ser considerado diz respeito ao fato de que a alternância de um alinhamento não indica necessariamente o encerramento de um alinhamento anterior. Muitas vezes, semelhante ao que acontece na articulação de enquadres, um alinhamento cede temporariamente lugar a um outro, sendo quase que imediatamente retomado no curso da interação. Em outros momentos é possível também observar a ocorrência simultânea de diferentes alinhamentos.

Dentro de uma cadeia dinâmica de relações interacionais, os alinhamentos vão se modificando de acordo com a forma que cada indivíduo participa do encontro social. Segundo Pereira (1997), as mudanças de alinhamentos são sinalizadas pelas escolhas que os falantes fazem por novas estruturas, novos enquadres interacionais etc., que se manifestam tanto nos aspectos lingüísticos como nos aspectos paralingüísticos da interação.

### **2.2.3 – 3º nível de análise : análise das práticas sociais**

Este nível de análise se concentra na relação entre os eventos comunicativos e o contexto social em que eles ocorrem e buscar expor como o(s) discurso(s) materializado(s) em um texto pode(m) ser capaz(es) de reproduzir ou transformar as relações de poder existentes. Para tanto, o discurso é aqui considerado como constitutivo das práticas sociais.

O ponto de partida para a teorização que dá base às análises desse nível é a concepção da vida social como constituída de práticas, e da prática social como

característica intrínseca da sociedade institucionalizada, práticas essas que se materializam em modos de ação historicamente situados.

Segundo Chouliariaki e Fairclough (1999), o conceito de prática social mobilizado para atender aos fins deste enquadre teórico é proveniente do materialismo histórico-geográfico de Harvey (1996) que reconhece a importância social do discurso por sua capacidade de internalizar o que acontece em diferentes momentos das práticas sociais, sendo, portanto, um elemento essencial na construção reflexiva e na transformação da vida social.

Ao defender que todo discurso é um momento das práticas sociais e que outros momentos dessas práticas devem também ser avaliados, Harvey (1996) identifica como momentos dessas práticas: as relações sociais; o poder; as práticas materiais; as crenças, os valores e os desejos; as instituições e seus rituais; e o discurso. O autor afirma que cada um desses momentos internaliza os demais, sem que um seja redutível ao outro.

Chouliariaki e Fairclough (1999) fazem uma adaptação dos momentos definidos por Harvey e propõem como momentos das práticas sociais o discurso (ou semiose); a atividade material; as relações sociais (relações de poder e luta hegemônica) e os fenômenos mentais (crenças, valores e desejos – sintetizados no conceito de ideologia).

Da mesma forma que para Harvey (1996), também para Chouliariaki e Fairclough (1999) esses momentos das práticas sociais se entrecruzam sem reduzirem uns aos outros, podendo ser representados pela seguinte figura:



Figura 2: Representações dos momentos que constituem as práticas sociais, conforme propõem Chouliariaki e Fairclough (idem).

Chouliariaki e Fairclough definem práticas sociais como “maneiras habituais, em tempo e espaço particulares, pelas quais pessoas aplicam recursos – materiais e simbólicos – para agirem juntas no mundo”. (Chouliariaki e

Fairclough, 1999, p.21). Uma prática social envolve, portanto, diferentes configurações de elementos da vida social que, quando reunidos em uma prática social específica, passam a ser chamados de momentos dessa prática, que estabelecem relações mais ou menos estáveis entre si e que podem ser transformados, caso ocorra uma recombinação entre eles.

Da mesma forma, essa relação pode se estender para cada um desses momentos de uma prática social, já que cada um deles também é formado por elementos em articulação interna, conforme demonstra a figura a seguir:

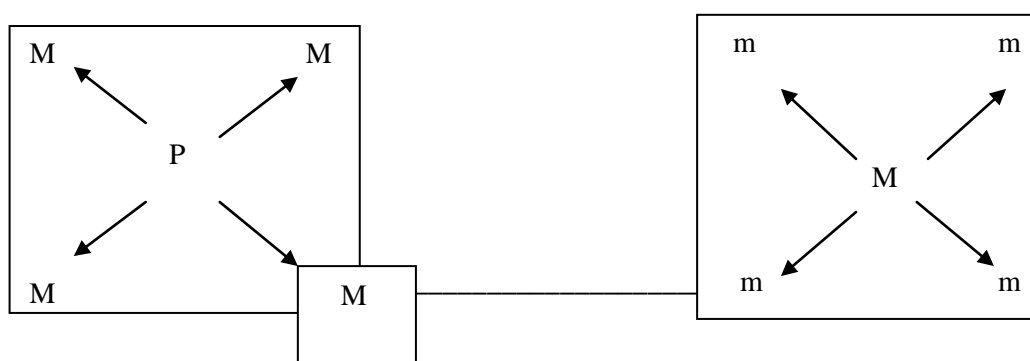


Figura 3: Articulação interna dos momentos das práticas sociais.

Assim sendo, o momento discursivo de uma prática social, por exemplo, é resultado da relação mais ou menos permanente de recursos discursivos (discurso, gênero, estilo) que podem ser transformados (recombinados) nesse processo de articulação, processo esse considerado como fonte da criatividade discursiva.

Nesse sentido, é preciso atentar para o fato de que as ações sociais são reguladas pela permanência relativa das práticas sociais que as sustentam ou as transformam de acordo com o contexto em que ocorrem e da articulação entre momentos de uma prática social específica, bem como entre diferentes práticas sociais.

Isso significa que da mesma forma que esse processo de articulação pode se estender para uma dimensão interna dos momentos de uma prática social, ele pode também se ampliar para uma dimensão externa, estabelecendo uma formação de redes de práticas sociais relativamente estáveis, transformando uma

prática social em um momento dessa rede de práticas, conforme procuramos representar na figura que se segue.<sup>3</sup>

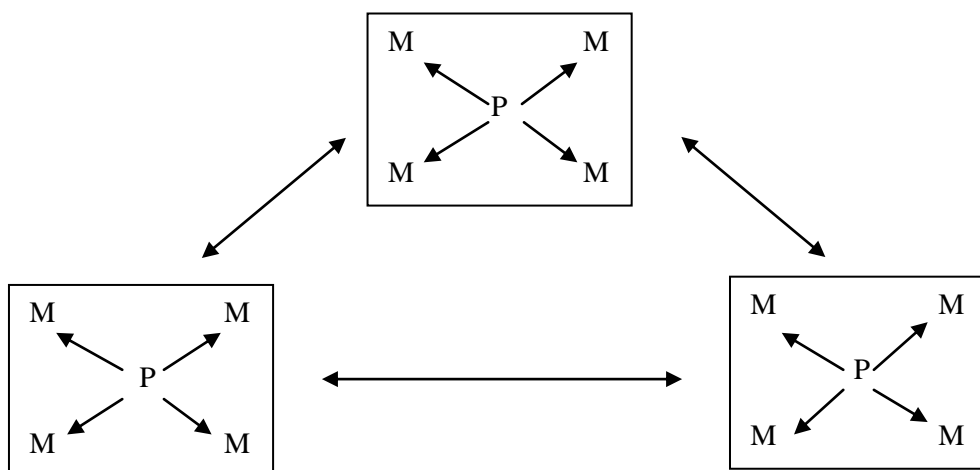


Figura 4: Representação das práticas sociais articuladas em rede.

Essa concepção das práticas sociais articuladas em rede é essencial para a compreensão de que uma prática social é determinada por outras e de que cada prática social articula outras provocando diversos efeitos sociais.

Diante disso, precisamos considerar em nossas análises que as alternâncias pronominais observadas em nossa análise textual, sinalizam (re)enquadres, (re)alinhamentos na dinâmica intrínseca à estrutura de participação e ao formato de produção no nível das práticas discursivas que, por sua vez, sinalizam a articulação de diferentes práticas sociais, cujos efeitos sociais precisam ser considerados.

Para atingir os objetivos esperados para esse terceiro nível de análise é fundamental levar em conta que o que sustenta esta rede de práticas sociais são as relações de poder e que articulações entre práticas sociais estão diretamente ligadas a lutas hegemônicas. Ou seja, a permanência dessas articulações deve ser compreendida como efeito de poder sobre a rede de práticas e, por sua vez, as transformações dessas articulações devem ser compreendidas como lutas hegemônicas.

<sup>3</sup> As figuras apresentadas foram adaptadas por mim, com base naquelas criadas por Ramalho e Resende (2004) como proposta de representação das relações entre práticas sociais, a partir do estudo que realizaram dos trabalhos de Chouliaraki e Fairclough.

Dessa forma, de acordo com a proposta que apresento para este estudo, é a observação dos processos de narrativização das estruturas sociais materializado nas narrativas de resistência e de construção de identidade que completam o quadro teórico para os procedimentos relativos às análises das práticas sociais.

### **2.2.3.1 - Dimensões de análise das práticas sociais: narrativas de resistência e construção de identidade**

Nas últimas décadas, trabalhos desenvolvidos por diferentes áreas de pesquisa como Linguística, Psicologia, Sociologia, História, têm se ocupado da tarefa de tentar compreender como as pessoas procuram dar sentido às suas ações, tanto para si próprias quanto para os outros, através das histórias que contam (Bruner 1986; Mishler 1986; Riessman 1993).

Através de suas narrativas, muito mais do que apresentar princípios, regras e argumentos, as pessoas também descrevem, fazem considerações e até mesmo revivem suas experiências. Nesse sentido, Riessman (1993) refere-se às narrativas como pontes capazes de conectar as interações sociais cotidianas com as estruturas sociais em larga escala, afirmando que a linguagem, quando organizada temporariamente para contar uma história, reflete e sustenta ordens culturais e institucionais, ao mesmo tempo em que pratica uma ação social.

Neste sentido, podemos considerar que as histórias que contamos sobre nós mesmos interpretam, ao mesmo tempo em que constroem nossas vidas. Ou seja, as narrativas descrevem e constroem o mundo da forma como ele é vivido e compreendido pelo seu narrador.

Diante das mais diferentes perspectivas de narrativa adotadas pelas Ciências Sociais, considero aqui narrativa como uma prática discursiva que apresenta como características a apropriação seletiva de pessoas e eventos cronologicamente organizados e relacionados entre si que, ao mesmo tempo, apresenta considerações por parte do narrador que possam explicar o porquê das coisas terem ocorrido conforme narradas. Segundo White (1987), a demanda por esse fechamento da narrativa é, na verdade, uma demanda por um significado moral, ou seja, um princípio moral que direciona a avaliação da história contada.

Por sua vez, ao falar especificamente de narrativa de resistência, tomo como base a proposta apresentada por Edwick e Silbey (2003) em suas pesquisas

de cunho sociológico acerca da narrativização das estruturas sociais em histórias de resistência às autoridades legais. Considero, pois, como narrativa de resistência toda história que tem como características a descrição de uma ordem particular de um evento; a posição do sujeito em relação de uma situação de impotência; um sentido de conclusão que proporciona uma avaliação moral e transações em que significados e definições são oferecidos a uma audiência.

Como dimensões de análise da narrativa de resistência, o conceito de ‘normatividade’ se refere ao ‘ponto da história’ e permite identificar as crenças das pessoas sobre as formas como se deve agir em determinadas práticas sociais. Segundo Edwick e Silbey (2003) a normatividade também especifica “por que uma determinada ordem social deve ou não ser invocada, obedecida ou mesmo ser sujeita à resistência” (Edwick e silbey, 2003, p.1342). Seguindo essa mesma proposta de análise, as autoras apresentam também os conceitos de ‘capacidade’, ‘limitação’, ‘tempo’ e ‘espaço’ relacionados ao que permite ou limita as ações em tempo e espaço específicos, ou seja, o agenciamento nas estruturas sociais.

No desenvolvimento da proposta para o estudo das narrativas de resistência, Edwick & Silbey (2003) apresentam como uma das categorias de análise o ‘rompimento de hierarquia’ que, considerando as características dos dados deste estudo, adoto para a análise das narrativas no nível das práticas sociais.

Enquanto categoria de análise, o ‘rompimento de hierarquia’ se refere às formas de reação às estruturas de poder estabelecidas no interior das instituições sociais. Conforme afirmam Edwick e Silbey (2003), analisar o rompimento de hierarquia em histórias de resistência nos permite compreender a consciência daqueles que as contam acerca dos limites e oportunidades existentes em toda estrutura das ações sociais. Narrativas de resistência não só expõem a estrutura das ações sociais e a possibilidade de resistência, mas também chamam atenção para o senso de justiça e moral da resistência à autoridade.

Transformar um ato de resistência em uma história de resistência representa, portanto, um importante meio de estender suas conseqüências sociais, na medida em que, os efeitos de uma ação que poderia não passar de um ato discreto, individual e efêmero de contestação e resistência são prolongados e multiplicados temporal e socialmente.

Ao contar uma estória de resistência, compartilha-se a compreensão de como desestabilizar determinadas estruturas sociais representadas na narrativa que pode ser mobilizada por outros em outras situações, a fim de impedir um contínuo exercício de poder. Narrar estórias bem sucedidas de resistência ao poder é, então, tornar o que era pessoal, particular, individual e momentâneo em algo compartilhado, coletivo e, conseqüentemente, parte de um processo social de transformação.

Diante disso, considero as narrativas encontradas nos dados desta pesquisa como ilustrativas dos discursos de resistência e contestação e, como demonstrarei nas análises, reveladoras do processo de construção de identidade(s), bem como instrumentos de contestação à ordem social estabelecida.

Além disso, é preciso considerar que, como prática social em ambiente midiático, a narrativização de atos de resistência potencializa o poder de transformação e criação de realidades de tais atos, na medida em que a força da ação de contar e recontar torna-se exponencial dada a capacidade de compartilhar essas estórias com um número imprevisível de interlocutores possível de serem alcançados pela sua (re)transmissão através dos meios técnicos dos quais a mídia dispõe.

Nesta mesma perspectiva, ao refletir sobre a relação entre narrativa e identidade, considero narrativas como instrumentos que utilizamos para dar sentido às nossas experiências (Johnstone, 2001), ao mesmo tempo em que (re)produzimos identidades nas estórias que contamos (Schiffrin, 1996). Conseqüentemente, é preciso compreender que a identidade é construída no discurso e que, quando contamos estórias, dizemos como nos construímos e apresentamos aos outros o que precisam saber sobre nós. (Linde, 1993).

Adotando uma perspectiva anti-essencialista de identidade, defendo que não há uma qualificação única que possa servir para definir igualmente todos os membros de uma identidade social em todo e qualquer momento. Nesse sentido, compartilho a perspectiva de Hall (1996) para quem as identidades não possuem uma base imutável ao longo da história, ou seja,

as identidades não são nunca unificadas [...], são cada vez mais fragmentadas e fraturadas. Nunca singulares, mas construídas de forma múltipla nos diferentes discursos, práticas e posições freqüentemente entrecruzados e antagônicos. Elas são sujeitas a uma historicização radical, e estão sempre no processo de mudança e transformação (Hall, 1996, p. 4).

Assim considerado, o indivíduo não é somente homem ou mulher, mas é também, pai / mãe; católico(a) etc. Cada um de nós é, portanto, constituído por traços identitários variáveis que muitas vezes coexistem em contradição nas mesmas práticas discursivas ou em outras diferentes. Dependendo da natureza da prática discursiva, traços identitários podem se apagar ou ficar mais relevantes.

Diante disso, identidade social é aqui entendida como “um feixe de traços identitários que coexistem, às vezes de maneira contraditória, na construção da diferença de que somos feitos” (Moita Lopes, 2003, p. 28).

A partir dessa concepção de identidade, analisar seu processo de construção em narrativas de resistência apresenta-se como um procedimento particularmente produtivo para o estudo que proponho, considerando-se que tais narrativas estão diretamente relacionadas com a consciência necessária das noções de autoridade e poder para agir nas diversas práticas sociais, tanto em conformidade com as expectativas ideologicamente estabelecidas, mas também como instrumentos que permitem e até encorajam a reação a essas mesmas expectativas.

### **2.3 – Mídia e visibilidade: a articulação dos movimentos sociais na sociedade contemporânea**

Como espaço privilegiado de visibilidade, através da mídia, aqui entendida como toda forma de discurso mediada por tecnologias da comunicação e da informação para uma ampla audiência, grupos sociais se apresentam, estórias são narradas e visões de mundo ganham circulação. Nas palavras de Gomes:

Na sociedade contemporânea, não há espaço de exibição, de visibilidade e, ao mesmo tempo, de discurso, de discussão e debate que se compare em volume, importância, disseminação e universalidade como o sistema de *mass media*. (Gomes, 1999, p.204)

É preciso considerar, no entanto, que o acesso à mídia não se dá de forma igualitária entre os diversos atores sociais. Embora, conforme apontam Blumler e



Gurevitch (2000), fontes oficiais venham perdendo espaço com a diversificação e a segmentação dos meios de comunicação, elas ainda possuem maior facilidade de acesso a mídia refletindo, com isso, as marcas das desigualdades na sociedade. Bohman (1996) destaca ainda que as assimetrias existem não só no acesso aos espaços de expressão e debate que a mídia proporciona, mas também na capacidade de fazer uso efetivo das oportunidades de ocupação desses espaços.

Nesse sentido, mesmo admitindo que o simples ato de ocupar esses espaços e falar em público não garantem as mudanças reivindicadas, acredito que os movimentos sociais através de seus porta-vozes “embora sofrendo diversas restrições de acesso à mídia, podem ser capazes de interferir na composição do quadro de visibilidade midiática e no intercâmbio de razões feito em público.” (Maia, 2004, p.23)

Ainda refletindo sobre a disponibilidade e efeitos do acesso à mídia, estudos no campo da comunicação (Bourdieu, 1987; Habermas, 1987; Inglis, 2001; Mcadam, 1996; Silverstone, 2002) têm destacado o estabelecimento de agendas temáticas como uma das funções fundamentais da mídia. Nesses termos, a agenda corresponde àquilo que a mídia disponibiliza para sua audiência como temas e/ou fatos considerados relevantes e interessantes. Nesse processo seletivo, mais do que dizer o que pensar, o poder da mídia se constitui em decidir em que pensar, dando visibilidade e fixando uma agenda temática das esferas política, ideológica, cultural, econômica etc.

Ao refletir sobre a relação entre o estabelecimento das agendas temáticas pelos meios de comunicação e o poder exercido nesse processo, Rubim afirma que

Na sua sempre anunciada pretensão de transparência do social e de todos os seus campos, emergidos na modernidade clássica ou tardia, os *media* expõem seu próprio cerne, em seu aspecto mais essencial: o ato de publicizar. Dom de tornar as coisas comuns, compartilhadas, públicas. (...) Publicizar ou não, eis então um dos momentos onde se instaura uma relação de poder: um dos poderes dos *media* para além das mensagens. (Rubim, 1994 p.68)

É, portanto, no interior dessas relações de poder que se instaura a luta política que, em grande parte, se constitui através do agendamento e/ou deslocamento de temas no processo de seleção para a construção de uma agenda temática. O campo da política (das ações sociais) e o campo dos *media*

participam, assim, de um complexo jogo de competição pelo reconhecimento e legitimação de suas ações por meio do exercício do poder simbólico que Bourdieu conceitua como “(...) um poder (econômico, político, cultural ou outro) que está em condição de se fazer reconhecer, de obter reconhecimento (...) e exerce-se não no plano da força física, mas no plano do sentido e do conhecimento.” (Bourdieu, 2000, p.61)

É nesse cenário de jogo de competição entre mídia e ação social que ganha destaque o papel do porta-voz na definição das agendas temáticas, pois são eles que dão visibilidade e colocam em circulação na esfera pública as idéias e ações debatidas e praticadas no interior dos movimentos coletivos os quais representam.

Diante disso, no caso do estudo que ora apresento, MV Bill, ao ocupar espaço na mídia participando de um programa televisivo, está, entre outras coisas, dando visibilidade aos grupos sociais os quais representa (Hip Hop, Cufa, moradores da periferia, negro etc.), fazendo circular idéias e promovendo o debate sobre questões defendidas e/ou reivindicadas por tais grupos.

A ocupação do espaço midiático reafirma, nesse contexto, a posição de líder / porta-vozes de MV Bill em relação aos grupos sociais aos quais pertence e, ao mesmo tempo, demonstra sua capacidade de promover ‘acontecimentos’ que o levem a fazer parte da agenda temática de mídia. No que diz respeito ao papel de líder, Girardi Jr. faz as seguintes considerações:

Essas lideranças são obrigadas a conquistar um considerável *capital simbólico* no interior dos movimentos, partidos ou grupos sociais. Ao mesmo tempo, devem ser capazes de representar todo o grupo – fazendo-se grupo – legitimando-se como aqueles que falam em nome do grupo. Aqueles que precisam circular simbolicamente (discursivamente) como representação do grupo, em vários mercados simbólicos, em várias regiões dessa Esfera (como interlocutores no Congresso Nacional, em entrevista na mídia, como fontes em reportagens, em ações diretas nas ruas, acampamentos, fábricas etc.). (Girardi Jr, 2007, p.130)

Dessa forma, a esfera pública, construída pela ação mediadora dos meios técnicos de comunicação e pela luta simbólica dos movimentos sociais, é o cenário em que as forças da integração sócio-política se encontram com as formas de integração comunicativa. Em uma relação geralmente assimétrica e permeada por mecanismos de controle inerentes às relações de poder, dos porta-vozes desses movimentos é esperada a capacidade de apresentar os problemas, soluções,

denúncias etc. de forma a transformá-los em objetos legítimos da discussão e do debate públicos para que, assim, possam fazer parte da agenda temática da mídia.

Dada a quantidade e diversidade de acontecimentos e ações que, em nossa sociedade midiaticizada, competem por um espaço na agenda temática dos *medias*, o desempenho dos líderes na ocupação dos espaços conquistados na mídia a fim de poder, também, permanecer merecedor desse espaço, faz com que, ratificando o que já argumentei, a investigação das interações midiáticas das quais esses atores sociais participam tenham especial importância para a compreensão dos movimentos sociais e das possíveis transformações sociais por eles reivindicadas.